**CONTRATO N.º 040/2022**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI E A EMPRESA BR VEÍCULOS, PARA AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MINIBUS 0KM**

**I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Gov. Helvídio Nunes, nº 405 – Centro – São José do Peixe/PI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.000/0001-10, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **BR VEÍCULOS**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.228.039/0001-42 e Inscrição Estadual nº 19.610.488-2, estabelecida à Avenida Senador Helvídio Nunes, nº 600 – Bairro Boa Sorte, Picos-PI, telefone (86) 98154-8208, e-mail: licitcaobrv@hotmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**.

**II – REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE,** o Sr. **CELSO ANTÔNIO MENDES COIMBRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 000.058.973-00 e RG nº 2.087.953 SSP-PI, residente e domiciliado na Avenida Francisco Mendes, nº 329 – Centro – São José do Peixe/PI, e a **CONTRATADA,** o Sr. **NELES NELSON PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF nº 256.539.623-68 e RG nº 525.635 SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Claudionor Augusto Dias, nº 571 – Bairro São João – Teresina-PI.

**III – DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Prefeito Municipal, Sr. CELSO ANTÔNIO MENDES COIMBRA, exarada em despacho constante do Pregão Presencial nº 014/2022, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

**IV – FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pelo Processo de Pregão Presencial nº 014/2022, regido pela Lei nº 10.520/2002, e outras normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 –** Constitui objeto deste Contrato a **aquisição de 01 veículo tipo minibus 0Km**, na forma especificada no Termo de Referência anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**2.1 –** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:
a) Entregar o veículo imediatamente, dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência – Anexo I;
b) Entregar o veículo devidamente emplacado;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do contrato, de acordo com os artigos 12 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
d) Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o produto deficiente;

e) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
f) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e do fiscal do contrato objeto da presente licitação;
g) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

**2.2** – Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:
a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
b) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.
c) Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO DO VEÍCULO**

**3.1** – O veículo será solicitado tão logo seja firmado o contrato e deverá ser entregue imediatamente à emissão da Ordem de Fornecimento.

**3.2** – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do veículo, obrigando-se a substituí-lo caso seja apresentado com defeito ou considerado em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

**3.3** – A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal, encarregada de acompanhar a execução do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, o que deverá ser acompanhado por um encarregado da pasta.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** – O valor global do contrato é de **R$ 319.140,00 (trezentos e dezenove mil cento e quarenta reais)**, fixo e irreajustável.

**4.2** – O pagamento será efetuado em parcela única.

**4.3** – No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e/ou encargos sociais resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com frete e outros.

**4.4** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

**4.5** – A CONTRATADA deverá encaminhar junto à Nota Fiscal documento em papel timbrado da empresa informando a agência bancária e o número da conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais.

**4.6** – A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

**4.7** – Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**4.8** – O pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se

encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS e com o FGTS.

**4.9** – O pagamento será efetuado por meio de transferência para a conta bancária da CONTRATADA, na Agência n° 0254-2, Conta n° 73.189-7, Banco do Brasil.

**CLAÚSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**5.1** – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o inciso I, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**5.2** – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme disposto no art. 65, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

**5.2.1** – Caso ocorra variação nos preços, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

**5.3** – Em caso de redução no preço do veículo, a CONTRATADA fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO**

**6.1** – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

**6.2** – O prazo de vigência do Pregão Presencial nº 014/2022 é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua homologação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**7.1 -** As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

02 03 00 SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
04 122 0005 2040 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EM GERAL
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fontes de Recursos: Receita de alienação de bens, cessão onerosa, FPM, ICMS, Tributos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

**8.1** – Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**8.2** – Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93:
a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**8.3** – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**8.4** – As multas de que trata este capítulo deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**9.1** – A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**10.1** – Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, a CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**11.1** – Fica eleito o Foro da Comarca de Floriano-PI, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes CONTRATANTES, na presença de duas testemunhas.

São José do Peixe (PI), 28 de junho de 2022.

**Celso Antônio Mendes Coimbra**
**Prefeitura Municipal de São José do Peixe/PI**
**CONTRATANTE**

**BR VEÍCULOS**
**CNPJ nº 29.228.039/0001-42**
**Neles Nelson Pereira dos Santos**
**CPF nº 256.539.623-68**
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

NOME: CPF:

NOME: CPF: